

Hedge Alternative Investments FIC FIM CP



MARÇO DE 2025

Relatório Gerencial

Rentabilidade	Março	2025	12 meses	Acumulado
Hedge Alternative Investments	2,22%	1,37%	-8,46%	143,22%
CDI	0,96%	2,98%	11,17%	132,80%
% CDI	231%	46%	-	108%

PALAVRA DA GESTORA

Seguindo o ritmo de fevereiro, quando tivemos um movimento de recuperação em praticamente todos os mercados financeiros locais, em março tivemos mais um mês positivo para os principais indicadores de mercado.

Tivemos forte recuperação do IFIX, que subiu 6,14% e terminou o mês com uma alta acumulada no ano de 6,32%. Também o Ibovespa teve performance bastante positiva, terminando o mês com 6,08% de alta, acumulando um resultado de 8,29% no ano. O dólar se desvalorizou 2,10% em relação ao real e terminou março com uma desvalorização de 7,58% no ano.

No mercado interno a tônica foi a eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado, na qual não tivemos surpresas com a confirmação dos indicados Hugo Motta e Davi Alcolumbre sendo referendada por ampla maioria. Também tivemos, com relativa tranquilidade, a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que estima receitas e despesas financeiras da União para o exercício de 2025, com a previsão de um PIB anual de R\$ 12,4 trilhões e um superavit esperado de R\$ 15 bilhões, que deve ser muito difícil de ser alcançado.

A principal notícia no campo econômico foi a reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil (BACEN) realizada em 18 e 19 de março. Após completar o guidance previsto ainda no mandato de Roberto Campos Neto e aumentar a Selic para 14,25%, o COPOM deu um novo guidance de que deveremos ter, para a reunião de maio, um novo aumento, porém de menor magnitude, o que nos leva a esperar uma alta entre 0,25% e 0,75%.

Isso posto, no campo interno, o que pode causar mais ruído é o julgamento dos acusados de tentativa de golpe em 08/01/2023 no Supremo Tribunal Federal e uma eventual votação de um projeto de anistia no Congresso para esses mesmos acusados.

No Congresso deve ser aprovado o projeto de lei do executivo que isenta de pagamento de imposto de renda as pessoas que recebam até R\$ 5.000,00 e a discussão será mais dura no que tange às alternativas para se financiar essa isenção, que tem um custo estimado de R\$ 27 bilhões.

Tivemos ao longo de março, no campo interno, o anúncio do PIB de 2024, que ficou em 3,40%, com destaque positivo para a indústria, que subiu 3,30%, e para serviços, com alta de 3,70%, tendo como ponto negativo a queda do PIB do setor agropecuário, na magnitude de 3,20%. Esses números são expressivos, afinal esse já é o quarto ano seguido com crescimento do PIB superior a 3%, mas não podemos esquecer que esse crescimento foi impulsionado por estímulos fiscais significativos desde a PEC da transição ao pagamento de precatórios, além de um reajuste real do salário-mínimo levando a um aumento de 4,80% no consumo das famílias. Cabe notar que no último trimestre de 2024 tivemos um crescimento de apenas 0,20%, o que já antecipa uma desaceleração do crescimento em 2025.

Falando sobre estatísticas divulgadas ao longo desse primeiro trimestre, tivemos também pontos negativos. Podemos citar, por exemplo, no campo dos gastos do governo, o aumento dos dispêndios com o BPC, benefício igual a um salário mínimo pago a idosos carentes a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade e renda familiar de até ¼ do salário mínimo por pessoa e não cumulatividade com outros benefícios, que aumentaram de R\$ 8,8 Bilhões em janeiro 2024 para R\$ 10,10 Bilhões em janeiro 2025, sendo que o cadastro de mais de 31 mil pessoas está errado e houve pagamento para mais de 2.500 mortos.

Outro destaque negativo foram os números da previdência para 2024, que chegaram a um déficit de 3,45% do PIB, evidenciando a necessidade de fazermos nova reforma da previdência nos próximos anos. Outro dado que chama a atenção quando analisamos as contas públicas é que tivemos um crescimento expressivo das despesas líquidas com o pagamento de juros nominais, que saíram de R\$ 718,3 Bilhões ou 6,60% do PIB em 2023, para R\$ 950 Bilhões ou 8% do PIB em 2024.

A verdade é que, sem análises técnicas, as metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) tornaram-se cada vez mais ambiciosas, culminando na meta atual de 3% de inflação, o que exige taxas de juros mais elevadas do que poderíamos ter se tivéssemos meta de inflação melhor calibrada e essas taxas de juro enormes fazem crescer a dívida pública, tendo como consequência termos um crescimento menor. O problema é que com taxas de juros reais mais altas do que as taxas de crescimento econômico que temos visto desde a implantação do sistema de metas de inflação, a estabilização da relação dívida/PIB exige superávits primários muito grandes.

Voltando ao tema das metas de inflação, apenas para reforçar o nosso ponto e pegando carona em artigo escrito pelo economista Claudio Adilson Gonzalez em 03/03/2025 no jornal O Estado de São Paulo, vemos que o regime de metas de inflação começou em 1999 e a inflação oficial só se aproximou de 3% em duas oportunidades, 2006 (3,14%) e 2017 (2,95%). Por outro lado, a inflação ultrapassou o teto em sete oportunidades. Com relação ao período todo de vinte e seis anos, a média da inflação foi de 6,30% e a mediana foi de 5,91%. Examinando os números mais de perto temos que em 2006 a queda da inflação foi consequência da forte valorização do real pela entrada de divisas das exportações devido ao superciclo das commodities puxado pela China. Para se ter uma ideia, a taxa de câmbio fechou 2006 ao equivalente a preços de hoje a R\$3,77/dólar. Já em 2017, houve a aprovação de medidas estruturais como o teto de gastos, tínhamos uma taxa de desemprego acima de 12%, reflexo da forte recessão que durou do segundo trimestre de 2014 até o último trimestre de 2016, além de um juro real de 7%, enorme para uma época de juros internacionais próximo ao redor de 1%. Esse quadro fez com que o CMN decidisse em 2018 por uma queda escalonada da meta de inflação depois de 13 anos de meta a 4,50% e assim tivemos uma meta de 4,25% em 2019 caindo 0,25% por ano até os 3% de 2024, sem qualquer estudo formal para embasar esse movimento.

Está mais do que na hora de fazermos uma correção de rumo e nos adequarmos à nova realidade mundial vinda de pandemia, conflitos geopolíticos, aumentos de tarifas e choques climáticos afetando o preço dos alimentos, que tornam impossível atingirmos uma inflação de 3% ao ano e o esforço para tentar alcançar essa meta será tão grande que nos levará a uma recessão. Enfim, sempre voltamos a bater nessa tecla porque nos parece um ponto muito importante de ser ajustado e está nas mãos do governo fazê-lo, visto que o CMN é formado por Haddad, Tebet e Galípolo.

O fato é que, tanto no campo político quanto no campo econômico, terminamos março com grandes desafios, mas de certa forma com relativa tranquilidade em como endereçar as questões internas. No entanto, o terremoto veio de fora, com o anúncio das tarifas que os Estados Unidos (EUA) pretendem implantar para as importações de quase todas as suas contrapartes comerciais no mundo. Desde o fim de fevereiro os EUA implementaram tarifas a serem aplicadas na importação de diversos produtos, inicialmente para Canadá, México e China e para importações de aço e alumínio, e depois para praticamente todas as nações que têm alguma relevância no comércio bilateral de mercadorias e serviços com os Estados Unidos da América, mas principalmente a China, país com o qual os EUA têm o seu maior déficit na balança comercial. Esse ambiente de preocupação só fez aumentar, até chegar o dia 02/04/2025, chamado pelo presidente Trump de Liberation Day, em que, dos jardins da Casa Branca, sede da Presidência da República dos EUA, anunciou as chamadas tarifas recíprocas que atingiram mais de 50 países, deram início a uma discussão com as principais contrapartes comerciais dos EUA e viraram os mercados de cabeça para baixo, com as bolsas americanas caindo mais de 10% e os mercados especulando que a efetivação dessa nova política tarifária vai levar os EUA, e por consequência grande parte das economias mais avançadas do mundo, a uma recessão. Os EUA, após esse anúncio, iniciaram negociações com diversos países do mundo e suspenderam a entrada em vigor da nova política tarifária por 90 dias, exceto para a China em que as tarifas chegaram a 145% do lado americano e 125% pelo lado chinês, que retaliou os EUA após o anúncio das tarifas recíprocas.

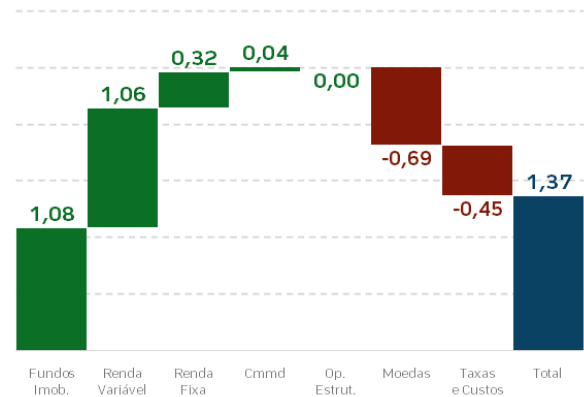
Enfim essa questão da guerra tarifária será discutida em nossa próxima Carta.

Mais uma vez agradecemos a confiança em nós depositada.

Equipe de Gestão Hedge Investments

ATRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE E DESTAQUES DO MÊS

Resultado real - ex CDI	Março	Acumulado
Classe de ativo	2025	2025
Fundos Imobiliários	2,20%	1,08%
Renda Variável	0,46%	1,06%
Renda Fixa	0,17%	0,32%
Commodities	0,00%	0,04%
Operações Estruturadas	0,02%	0,00%
Moedas	-0,47%	-0,69%
Taxas e Custos	-0,15%	-0,45%
Resultado do Fundo	2,22%	1,37%



RENDA VARIÁVEL

O book de renda variável teve uma variação positiva de +11,32% contra +6,08% no índice Bovespa. Os destaques da carteira foram ativos do setor financeiro e agro que subiram +8,3 bps e +6,4 bps. A posição no Ibovespa contribuiu com ganho de +7,4 bps para o book.

COMMODITIES

O fundo segue com as posições de commodities zeradas nesse mês, dado a volatilidade assimétrica dos mercados, não vemos oportunidades no curto prazo que justifiquem a exposição nessa classe.

RENDA FIXA

As alocações em títulos de renda fixa retornaram +16,6 bps. Os destaques da carteira foram as alocações em fundo pós fixado, Fiagro e títulos públicos, que retornaram +3,0 bps, +2,9 bps e +2,6 bps, respectivamente.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

O resultado dessa classe de ativos foi de +2,67% contra +6,14% do IFIX. As alocações no segmento de Fofs e lajes corporativas foram os destaques da carteira, retornando +128,3 bps e +86,88 bps, respectivamente.

MOEDAS

O book de moedas devolveu -46,8 bps, finalizando o mês comprado em contratos de dólar.

OPERAÇÕES ESTRUTURADAS

O Book de operações estruturadas que conta com operações de Cédula de Produto Rural (CPR), retornou +1,6 bps no mês.

OBJETIVO

O fundo tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade superior ao CDI, mediante a aplicação de seus recursos em ativos financeiros nos mercados de renda fixa, moedas, commodities, crédito, renda variável e imobiliário, no Brasil e no exterior.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A estratégia busca gerar retornos em diversos mercados, privilegiando investimentos com exposição a ativos reais, ligados ao agronegócio e ao setor imobiliário. O fundo admite alavancagem, e pode aplicar até 40% de seu patrimônio líquido em ativos financeiros no exterior.

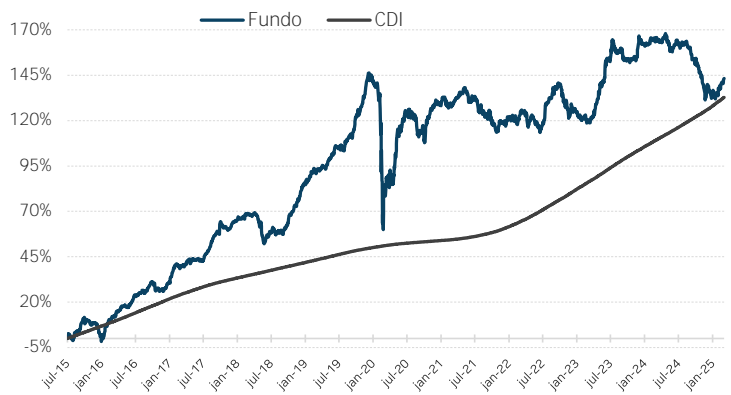
O fundo teve início em 11/10/2004 e passou por mudança de gestão em 29/07/2015. A rentabilidade se refere ao período após a mudança.

PERFORMANCE

Retorno anualizado do fundo	9,67%
Retorno anualizado do CDI	9,17%
Desvio padrão anualizado *	10,61%
Índice de sharpe *	0,05
Número de meses positivos	59
Número de meses negativos	31
Número de meses acima do CDI	62
Número de meses abaixo do CDI	55
Maior rentabilidade mensal	7,72%
Menor rentabilidade mensal	-20,28%
Value at Risk 1 dia (95% conf.) **	-0,87%
Patrimônio líquido	R\$ 460.189.236
Patrimônio médio em 12 meses	R\$ 479.220.631

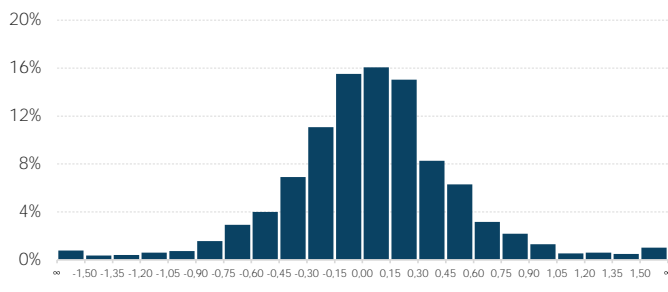
* Calculado desde a mudança de gestão até 31/03/2025. ** VaR de fechamento do mês.

RENTABILIDADE ACUMULADA



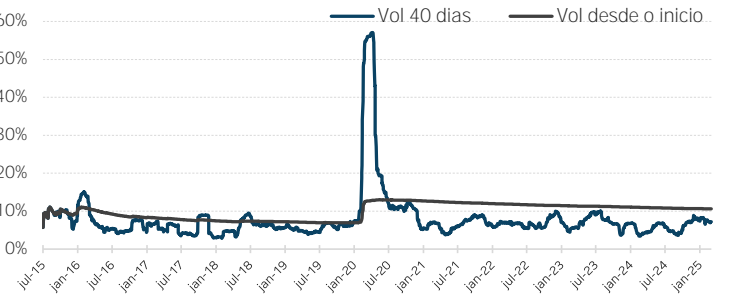
Retornos líquidos, livres de taxa de administração e performance. A rentabilidade não é líquida de impostos

DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE RETORNOS



Calculado desde a mudança de gestão até 31/03/2025.

VOLATILIDADE ANUALIZADA



Calculado desde a mudança de gestão até 31/03/2025.

Público-alvo	Investidores profissionais
Gestor	Hedge Investments
Administrador	Hedge DTVM
Custodiante	Hedge DTVM
Auditor	PricewaterhouseCoopers
Class. Anblma	Multimercado Multiestratégia
Class. de risco	Arrojado

Taxa de administração ***	1,5% a.a.
Taxa de performance	25% sobre o CDI
Cota	Fechamento
Cota de aplicação	D+0
Cotização resgate	D+30
Liquidação resgate	D+31
Horário movimentação	Até as 18h00

*** Inclui taxa de custódia

Hedge Alternative Investments FIC FIM CP	
Dados bancários	CNPJ: 06.867.811/0001-70
	Itaú ag. 3100 c/c 0040372-8
Aplicação mínima	R\$ 500.000
Saldo mínimo	R\$ 500.000
Movimentação mínima	R\$ 100.000
Tributação	Longo prazo

RENTABILIDADE

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	CDI	Acum Fdo.	Acum CDI
2015							2,52	-2,08	4,28	3,27	0,00	0,24	8,38	5,83	8,38	5,83
2016	-5,81	6,06	3,35	3,00	2,69	-0,04	4,58	1,29	1,54	2,86	-2,59	-0,19	17,42	14,00	27,26	20,64
2017	4,57	5,26	-0,01	1,84	1,34	-0,17	0,05	4,06	4,79	4,89	-2,17	1,45	28,16	9,95	63,10	32,65
2018	1,89	0,59	0,79	0,53	-4,00	-4,90	2,53	-0,18	-0,08	5,38	3,68	3,17	9,29	6,42	78,26	41,17
2019	4,86	1,97	0,90	1,58	1,30	2,20	1,76	1,29	2,04	4,90	2,60	6,68	37,02	5,97	144,24	49,59
2020	-1,52	-3,75	-20,28	3,29	5,42	7,50	3,76	-1,41	-3,74	-2,31	7,72	3,36	-5,28	2,77	131,36	53,73
2021	-0,71	-0,64	0,52	1,70	1,96	-2,44	-0,01	-1,42	-2,18	-1,84	-2,19	2,11	-5,16	4,40	119,42	60,49
2022	1,12	0,16	1,13	-0,06	-0,80	-2,47	0,79	5,77	2,42	1,22	-3,98	-0,68	4,39	12,37	129,05	80,35
2023	-1,82	-1,58	-0,95	1,60	5,94	6,14	2,28	1,02	0,23	-2,17	0,07	5,01	16,42	13,05	166,66	103,88
2024	-1,67	1,20	0,18	-1,11	0,50	-1,71	1,23	-0,05	-0,91	-2,33	-3,65	-2,07	-10,02	10,87	139,94	126,05
2025	-1,36	0,54	2,22										1,37	2,98	143,22	132,80

Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Fundos de Investimento não são garantidos pelo administrador do fundo, gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, do fundo garantidor de crédito (FGC) ao investidor e recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e o regulamento do fundo de investimento antes de efetuar qualquer decisão de investimento. Caso o índice comparativo de rentabilidade utilizado neste material não seja o parâmetro objetivo do fundo (benchmark oficial), tal indicador é meramente utilizado como referência econômica. Para obter informações sobre o uso de derivativos, conversão de cotas, objetivo e público alvo, consulte o prospecto e o regulamento do fundo. Verifique a data de início das atividades deste fundo. Para avaliação da performance de fundos de investimento, é recomendável uma análise de, no mínimo, 12 meses. Verifique se este fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Verifique se este fundo está autorizado a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior. Este fundo pode estar exposto a significativa concentração em ativos de renda variável de poucos emissores. Para fundos que perseguem a manutenção de uma carteira de longo prazo, não há garantia de que o fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Verifique se a liquidação financeira e conversão dos pedidos de resgate deste fundo ocorrem em data diversa do respectivo pedido. A partir de 02/05/2008, todos os fundos de investimento que utilizam ativos de renda variável em suas carteiras deixam de apurar sua rentabilidade com base na cotação média das ações e passam a fazê-lo com base na cotação de fechamento destes ativos. Desta forma comparações de rentabilidade destes fundos com índices de ações devem utilizar, para períodos anteriores a 02/05/2008, a cotação média destes índices e, para períodos posteriores a esta data, a cotação de fechamento. Ouvidoria Hedge Investments: (11) 3124-4107 | www.hedgeinvest.com.br. Supervisão e Fiscalização: Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão: www.cvm.gov.br.





hedge.

INVESTMENTS

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3600
11º andar cj 112 04538-132
Itaim Bibi São Paulo SP

hedgeinvest.com.br